
Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do TSE foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

Quanto à prestação de contas, a Contabilidade aplicada ao setor público alcança o conceito de accountability – prestação de contas e responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisões pelos gestores como para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, de modo a resultar em demonstrações contábeis e notas explicativas íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é responsável pelo acompanhamento e pela orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Justiça Eleitoral de modo a garantir qualidade, padronização, fidedignidade e transparência das informações contábeis.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Declaração Anual da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Órgão 14000 – Justiça Eleitoral. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2023.

Lucinei de Oliveira Pereira – CRC nº 008510/O-0

Contadora responsável

Resumo da Base de Preparação para as Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis na Justiça Eleitoral

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem dinheiro em caixa e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Depósitos Restituíveis - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) adiantamentos; e (v) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. Pode ser constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da Lei nº 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; e (iii) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes para os imóveis o cálculo é detalhado na Nota Explicativa Específica de Imóveis, consoante a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor que um mês.

Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição e os procedimentos contábeis específicos serão informados a depender do bem reavaliado (bem móvel, imóvel, intangível) e a metodologia utilizada para reconhecimento da

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade serão também publicados pela Justiça Eleitoral no tópico de mudanças de critérios e políticas contábeis, bem como na conta específica do bem reavaliado ou reduzido a valor recuperável.

Passivos Circulantes e não Circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Principais Práticas e Procedimentos Contábeis na Justiça Eleitoral para o Exercício de 2022 - Alguns procedimentos contábeis relevantes e significativos estiveram em processo de correção, análise ou alteração em relação aos exercícios anteriores a 2022. Esses procedimentos contábeis devem ser considerados na análise das Demonstrações Contábeis do 4º trimestre de 2022, pois podem impactar na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, no processo de prestação de contas ou na tomada de decisão na Justiça Eleitoral. Entre os principais procedimentos contábeis, estão: o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis gerados internamente, os ajustes necessários nos valores mensurados e padronizados para as Urnas Eletrônicas, com movimentação entre os Tribunais Regionais Eleitorais, a reavaliação de bens móveis e imóveis na Justiça Eleitoral, o cálculo de passivos e provisões contingentes, o estudo para o reconhecimento e a mensuração de prováveis valores a receber na Justiça Eleitoral e a baixa da conta Instalações e a respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	2.985.398.960,10	3.107.930.696,62	PASSIVO CIRCULANTE	406.387.293,82	226.188.323,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	184.095.277,53	169.930.390,71
Créditos a Curto Prazo	174.529.365,13	48.447.566,71	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	177.550.469,70	49.595.206,92	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	203.671.483,42	46.469.549,59
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-3.021.104,57	-1.147.640,21	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.521,71	1.521,71
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	87.455.926,48	74.797.135,40	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	18.619.011,16	9.786.861,74
VPDs Pagas Antecipadamente	8.934.957,03	9.023.183,73			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.714.075.359,42	3.529.683.207,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	94.836,40	88.782,67
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.780.685,21	912.072,48	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	85.592,18	79.538,45
Créditos a Longo Prazo	496.591,70	361.439,01	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	496.591,70	361.439,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.284.093,51	550.633,47	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	9.244,22	9.244,22
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	406.482.130,22	226.277.106,42
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2022	2021
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	4.292.617.547,74	3.195.890.234,16	Demais Reservas	170.501.937,51	101.027.841,48
Bens Móveis	1.615.357.930,08	849.003.747,86	Resultados Acumulados	7.122.490.251,79	6.310.308.956,17
Bens Móveis	2.706.323.983,02	1.696.617.601,80	Resultado do Exercício	1.025.447.578,82	1.534.589.292,30
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.090.966.052,94	-847.613.853,94	Resultados de Exercícios Anteriores	6.310.308.956,17	4.698.778.433,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-213.266.283,20	76.941.230,86
Bens Imóveis	2.677.259.617,66	2.346.886.486,30	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	2.706.109.956,42	2.482.883.989,65	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.292.992.189,30	6.411.336.797,65
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-28.850.338,76	-135.997.503,35			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	419.677.126,47	332.880.900,81			
Softwares	419.677.126,47	332.880.900,81			
Softwares	434.896.222,45	346.598.649,45			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-15.219.095,98	-13.717.748,64			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	7.699.474.319,52	6.637.613.904,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.699.474.319,52	6.637.613.904,07

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78	PASSIVO FINANCEIRO	1.768.540.080,26	2.219.581.702,08
ATIVO PERMANENTE	4.984.995.608,06	3.661.951.093,29	PASSIVO PERMANENTE	166.711.207,64	136.988.835,73
			SALDO PATRIMONIAL	5.764.223.031,62	4.281.043.366,26

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	456.896.015,38	372.327.384,27	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.743.543.339,47	2.318.533.289,55
Atos Potenciais Ativos	456.896.015,38	372.327.384,27	Atos Potenciais Passivos	2.743.543.339,47	2.318.533.289,55
Garantias e Contragarantias Recebidas	456.817.936,85	372.257.015,11	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	27.007.892,33	6.196.925,96
Direitos Contratuais	78.078,53	70.369,16	Obrigações Contratuais	2.716.535.447,14	2.312.336.363,59
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	456.896.015,38	372.327.384,27	TOTAL	2.743.543.339,47	2.318.533.289,55

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	819.715.471,36
Recursos Vinculados	126.223.159,84
Seguridade Social (Exceto Previdência)	5.110.632,23
Previdência Social (RPPS)	62.224.361,53
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	58.888.166,08
TOTAL	945.938.631,20



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.332.368.315,79	18.133.673.603,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.243,12	7.029,62
Impostos	-	-
Taxas	15.243,12	7.029,62
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	163.527,33	133.935,65
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	163.527,33	133.935,65
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.821.344,61	1.074.048,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.740.182,27	975.559,44
Variações Monetárias e Cambiais	81.162,34	98.489,23
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	30.700.959.197,60	17.609.784.867,50
Transferências Intragovernamentais	30.615.435.266,19	17.545.524.937,63
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	85.523.931,41	64.259.929,87
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.381.336.642,97	407.091.137,74
Reavaliação de Ativos	257.578.777,03	243.442.255,32
Ganhos com Alienação	143.163,61	41.991,64
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.151.377.355,54	139.155.972,62
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.972.237.346,79	24.450.918,16
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	248.072.360,16	115.582.584,05
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	248.072.360,16	115.582.584,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.306.920.736,97	16.599.084.310,93
Pessoal e Encargos	5.171.761.407,50	4.814.020.705,86
Remuneração a Pessoal	4.182.172.374,10	3.845.853.434,54
Encargos Patronais	739.907.603,04	741.918.746,33
Benefícios a Pessoal	219.053.983,15	216.452.496,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	30.627.447,21	9.796.028,70
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.236.211.586,82	1.159.324.936,29
Aposentadorias e Reformas	820.856.160,62	819.108.657,04
Pensões	273.279.080,09	266.304.943,24
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	142.076.346,11	73.911.336,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.862.803.727,08	1.045.876.757,43
Uso de Material de Consumo	139.313.648,73	27.808.269,30
Serviços	1.483.859.218,21	855.592.140,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	239.630.860,14	162.476.347,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	430.139,42	510.923,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	124.700,22	24.132,72
Variações Monetárias e Cambiais	274.491,81	235.137,08
Descontos Financeiros Concedidos	30.947,39	251.653,69
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	21.919.539.214,82	9.300.180.281,01
Transferências Intragovernamentais	15.765.153.077,79	8.281.542.984,52
Transferências Intergovernamentais	11.794.242,54	1.348.187,57
Transferências a Instituições Privadas	6.071.439.608,11	978.033.983,09
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	71.152.286,38	39.255.125,83
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.099.147.727,72	270.634.227,48
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	51.911.227,50	1.125.217,05
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	13.679.290,15	2.535.429,98
Incorporação de Passivos	5.868.635.398,75	26.116.141,48
Desincorporação de Ativos	164.921.811,32	240.857.438,97



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	3.928.658,37	1.825.129,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	484.459,88	424.611,83
Contribuições	3.444.198,49	1.400.517,73
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.098.275,24	6.711.349,81
Premiações	40.927,00	13.621,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	13.682,70	8.822,92
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	13.043.665,54	6.688.905,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.025.447.578,82	1.534.589.292,30

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2023 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	56.254.935,44	44.318.483,23	Despesas Orçamentárias	15.017.000.380,82	9.365.399.437,60
Ordinárias	-	-	Ordinárias	13.723.457.376,28	7.933.337.474,01
Vinculadas	56.957.273,77	44.735.833,56	Vinculadas	1.293.543.004,54	1.432.061.963,59
Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.144,30		Seguridade Social (Exceto Previdência)	74.298,00	144.527.570,20
Previdência Social (RPPS)	25.709,73	-	Previdência Social (RPPS)	1.088.505.929,56	1.109.836.672,06
Alienação de Bens e Direitos		305.800,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	204.962.776,98	177.697.721,33
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	56.929.419,74	44.430.033,56			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-702.338,33	-417.350,33			
Transferências Financeiras Recebidas	30.615.310.043,33	17.545.509.391,81	Transferências Financeiras Concedidas	15.765.861.252,64	8.281.797.523,23
Resultantes da Execução Orçamentária	29.646.836.264,41	17.415.685.349,33	Resultantes da Execução Orçamentária	14.550.140.908,60	8.037.325.184,90
Cota Recebida	10.242.412.625,02	9.388.937.688,40	Repasse Concedido	107.268.275,73	6.548.871,55
Repasse Recebido	4.961.551.006,52		Sub-repasse Concedido	14.442.872.492,63	8.026.727.170,92
Sub-repasse Recebido	14.442.872.492,63	8.026.727.170,92	Cota Devolvida		4.028.652,42
Sub-repasse Devolvido	140,24	20.490,01	Sub-repasse Devolvido	140,24	20.490,01
Independentes da Execução Orçamentária	968.473.778,92	129.824.042,48	Independentes da Execução Orçamentária	1.215.720.344,04	244.472.338,33
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	959.998.743,22	119.843.077,62	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	957.575.804,92	118.364.591,33
Demais Transferências Recebidas	558.284,85	454.495,18	Demais Transferências Concedidas	364.904,22	220.384,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais	7.916.750,85	9.526.469,68	Movimento de Saldos Patrimoniais	257.779.634,90	125.887.362,84
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.007.882.248,17	1.576.224.814,64	Pagamentos Extraorçamentários	1.157.769.692,80	255.031.814,99
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	23.626.269,33	12.966.606,11	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	22.221.247,23	11.602.824,23
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	773.963.177,99	1.465.825.998,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.118.325.647,83	218.104.621,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.540.038,94	25.417.620,47	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.200.357,79	25.234.069,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	193.752.761,91	72.014.589,90	Outros Pagamentos Extraorçamentários	22.439,95	90.299,70
Restituições a Pagar		4.569,10	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	18.299,52	90.299,70
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	69.957,27	6.136,65	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	4.140,43	
Arrecadação de Outra Unidade	193.420.856,94	71.821.044,91			
Demais Recebimentos	261.947,70	182.839,24			
Saldo do Exercício Anterior	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92	Saldo para o Exercício Seguinte	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78
TOTAL	34.655.110.037,72	20.877.891.586,60	TOTAL	34.655.110.037,72	20.877.891.586,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 14/02/2023	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	924.013.973,53	1.457.076.549,31
INGRESSOS	30.881.857.779,62	17.687.260.085,41
Receita Tributária	10.670,21	4.920,75
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	3.499,14
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	56.244.265,23	44.310.063,34
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	30.825.602.844,18	17.642.941.602,18
Ingressos Extraorçamentários	16.540.038,94	25.417.620,47
Restituições a Pagar	-	4.569,10
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	69.957,27	6.136,65
Transferências Financeiras Recebidas	30.615.310.043,33	17.545.509.391,81
Arrecadação de Outra Unidade	193.420.856,94	71.821.044,91
Demais Recebimentos	261.947,70	182.839,24
DESEMBOLSOS	-29.957.843.806,09	-16.230.183.536,10
Pessoal e Demais Despesas	-7.369.358.899,62	-6.218.873.002,33
Legislativo	-	-
Judiciário	-6.269.692.901,33	-5.129.241.643,71
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.099.503.984,11	-1.089.348.818,59
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 14/02/2023	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-143.714,66	-192.240,33
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-18.299,52	-90.299,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-6.805.419.155,61	-1.704.278.941,47
Intergovernamentais	-1.799.984,50	-748.276,45
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.799.984,50	-748.276,45
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-722.175.888,07	-724.896.770,81
Outras Transferências Concedidas	-6.081.443.283,04	-978.633.894,21
Outros Desembolsos Operacionais	-15.783.065.750,86	-8.307.031.592,30
Dispêndios Extraorçamentários	-17.200.357,79	-25.234.069,07
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-4.140,43	-
Transferências Financeiras Concedidas	-15.765.861.252,64	-8.281.797.523,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.185.198.072,85	-193.252.635,45
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.185.198.072,85	-193.252.635,45
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.105.908.879,00	-134.727.787,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-79.289.193,85	-58.524.848,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-261.184.099,32	1.263.823.913,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2023 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	77.127.632,00	77.127.632,00	56.254.935,44	-20.872.696,56
Receitas Tributárias	-	-	10.670,21	10.670,21
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	10.670,21	10.670,21
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	77.127.632,00	77.127.632,00	56.244.265,23	-20.883.366,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	77.127.632,00	77.127.632,00	56.242.120,93	-20.885.511,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.144,30	2.144,30
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2023 PAGINA 2

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	77.127.632,00	77.127.632,00	56.254.935,44	-20.872.696,56
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	77.127.632,00	77.127.632,00	56.254.935,44	-20.872.696,56
DEFICIT			14.960.745.445,38	14.960.745.445,38
TOTAL	77.127.632,00	77.127.632,00	15.017.000.380,82	14.939.872.748,82
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	14.970.541,00	-	-14.970.541,00
Superavit Financeiro	-	14.790.042,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	180.499,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	9.929.690.064,00	9.654.836.170,04	14.382.861.632,75	14.076.933.113,07	14.053.848.273,73	-4.728.025.462,71
Pessoal e Encargos Sociais	6.203.329.818,00	6.193.802.083,00	6.126.352.973,07	6.006.749.484,92	6.004.147.730,07	67.449.109,93
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.726.360.246,00	3.461.034.087,04	8.256.508.659,68	8.070.183.628,15	8.049.700.543,66	-4.795.474.572,64
DESPESAS DE CAPITAL	351.900.489,00	641.724.924,00	634.138.748,07	166.104.089,76	165.562.659,77	7.586.175,93
Investimentos	351.900.489,00	641.724.924,00	634.138.748,07	166.104.089,76	165.562.659,77	7.586.175,93
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10.281.590.553,00	10.296.561.094,04	15.017.000.380,82	14.243.037.202,83	14.219.410.933,50	-4.720.439.286,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.281.590.553,00	10.296.561.094,04	15.017.000.380,82	14.243.037.202,83	14.219.410.933,50	-4.720.439.286,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/02/2023 PAGINA 3

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	10.281.590.553,00	10.296.561.094,04	15.017.000.380,82	14.243.037.202,83	14.219.410.933,50	-4.720.439.286,78

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	81.521.985,63	169.666.511,51	124.290.781,32	115.162.359,77	103.042.569,66	32.983.567,71
Pessoal e Encargos Sociais	48.467.631,36	77.745.588,73	36.039.404,94	27.884.017,00	75.380.406,01	22.948.797,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	33.054.354,27	91.920.922,78	88.251.376,38	87.278.342,77	27.662.163,65	10.034.770,63
DESPESAS DE CAPITAL	619.980.545,98	1.296.159.486,65	1.004.345.853,97	1.003.163.288,06	3.526.251,11	909.450.493,46
Investimentos	619.980.545,98	1.296.159.486,65	1.004.345.853,97	1.003.163.288,06	3.526.251,11	909.450.493,46
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	701.502.531,61	1.465.825.998,16	1.128.636.635,29	1.118.325.647,83	106.568.820,77	942.434.061,17

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	24.450.994,63	6.391.600,75	5.744.782,21	233.739,18	24.864.073,99
Pessoal e Encargos Sociais	20.794.881,09	628.900,85	594.412,38	29.729,59	20.799.639,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.656.113,54	5.762.699,90	5.150.369,83	204.009,59	4.064.434,02
DESPESAS DE CAPITAL	1.834.131,94	16.077.951,23	16.476.465,02	8.737,49	1.426.880,66
Investimentos	1.834.131,94	16.077.951,23	16.476.465,02	8.737,49	1.426.880,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.285.126,57	22.469.551,98	22.221.247,23	242.476,67	26.290.954,65

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, esta conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. É composta, principalmente, pelo saldo na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos Liberados pelo Tesouro, a qual traz as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – STN referente às dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 e de recursos para pagamento dos Restos a Pagar.

No quarto semestre de 2022, a conta Caixa e Equivalente de Caixa representou o percentual de 35,26% de todo o Ativo (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) da Justiça Eleitoral, sendo que no período entre o final de dezembro de 2021 e o final de dezembro de 2022, o saldo variou negativamente em **R\$ 261.184.099,32**, variação de -8,78%. A redução pode ser justificada pelos pagamentos de passivos e despesas no exercício 2022, visando o atendimento às despesas obrigatórias de custeio e de investimentos no decorrer da execução do exercício financeiro de 2022, inclusive valores direcionados a elaboração das eleições-gerais de 2022.

Do valor total da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (Recursos Liberados pelo Tesouro), **92,84%** ou **R\$ 2.518.167.051,81** está disponível na Setorial Financeira da Justiça Eleitoral, unidade responsável pela administração e distribuição desses recursos aos Tribunais Eleitorais de acordo com a programação financeira de desembolso de cada um. Além disso, o valor de **R\$ 194.325.429,75** ou **7,16%** do total está disponível nos Tribunais Eleitorais.

Em 31/12/2022, os recursos na conta Limite de Saque estiveram distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição

Origens	R\$	
	31/12/2022	AV %
Setorial Financeira da Justiça Eleitoral	2.518.167.051,81	92,84
Disponível nos Tribunais Eleitorais	194.325.429,75	7,16
Total	2.712.492.481,56	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente ou direitos a curto prazo referentes a transferências ou adiantamentos concedidos e realizados e ainda não comprovados de serviços prestados ou recursos aplicados por terceiros. No Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, esse item teve, no período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, aumento de 260,24% explicado, principalmente, pelo registro de adiantamentos a pessoal e adiantamentos a prestadores de serviços, incluindo-se os pagamentos de auxílio alimentação aos mesários que contribuíram para elaboração das eleições de 2022 e ainda de adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, a exemplo da transferência de recursos ao Ministério da Defesa para atender ao apoio logístico e ações de garantia da votação e apuração nas eleições de 2022 e da Transferência de recursos do TSE ao Centro de Tecnologia da Informação – Renato Archer – CTI com a finalidade de execução de serviços especializados para o auxílio em pesquisa, análise e qualificação do hardware das urnas eletrônicas e outros hardwares utilizados no processo eleitoral, com vistas a dar continuidade ao aprimoramento tecnológico do sistema eletrônico de votação no âmbito de toda Justiça Eleitoral.

Quanto ao reconhecimento de créditos a receber, faz-se importante mencionar que os procedimentos contábeis patrimoniais de registros de Direitos referentes às receitas de Multas Eleitorais do Código Eleitoral e Leis Conexas ainda não constam discriminados no patrimônio do TSE e dos TREs, devido à ausência de um sistema gerencial que dê suporte às informações financeiras de processos julgados nos órgãos da Justiça Eleitoral.

Para o correto reconhecimento da Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, pelo regime de competência, referente aos Créditos a Receber das multas eleitorais, bem como a correta baixa tempestiva desses direitos, sejam realizados de forma tempestiva e fidedigna, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou projeto para desenvolvimento de um sistema automatizado dedicado ao registro, emissão e controle de receitas de multas eleitorais para implantação em toda a Justiça Eleitoral. Durante o exercício de 2022 houve reuniões para tratar do assunto e definir requisitos necessários para atender a respectiva demanda. Atualmente, o projeto está em fase de planejamento, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o TSE e o TRE-SP para desenvolvimento do sistema.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Nota 03 – Estoques Curto Prazo

Essa conta compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pelos órgãos da Justiça Eleitoral, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades nos Tribunais Eleitorais. Compreendem os materiais de consumo em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores.

Na Justiça Eleitoral, para o quarto trimestre de 2022, houve um acréscimo de 16,92% nessa conta, resultando em um valor nominal de R\$ 87.455.926,48, o aumento nominal foi de R\$ 12.658.791,08 e deve-se principalmente ao aumento do fluxo das atividades operacionais eleitorais para aquisição de Materiais de Consumo pelo aumento demandado para a elaboração e administração do processo eleitoral das Eleições-Gerais de 2022. Do valor total dos Estoques, R\$ 87.265.552,89, ou 99,78%, referem-se a Almoxarifado – Materiais de Consumo, desses valores, as aquisições mais volumosas nos Tribunais Eleitorais estão relacionadas à aquisição de Materiais de consumo de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC. Faz-se importante mencionar que o TSE dispõe de Reserva Técnica de Materiais de Consumo de TIC, no Estoque, referente a suprimentos de Urnas Eletrônicas para atender as demandas dos TREs.

Materiais de Consumo de TIC - São aqueles materiais considerados suprimentos de Tecnologia de Informação e Comunicação que em razão de seu uso corrente e definição, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos. A esse critério, acrescenta-se o critério da fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade, exemplo: cartuchos de tinta, pen-drive, fitas de backup, discos ópticos, toners para impressoras laser e peças de reposição de TIC, mídias de aplicação e suprimentos para Urnas Eletrônicas.

Nota 04 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (móveis e imóveis) destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2022, a Justiça Eleitoral apresentou saldo de R\$ 4.292.617.547,74, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, bem como a variação percentual entre o período de dezembro de 2021 e dezembro de 2022:

Tabela 2 – Imobilizado – Composição

	R\$		
Imobilizado	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Bens Móveis	1.615.357.930,08	849.003.747,86	90,27
(+) Valor Bruto Contábil	2.706.323.983,02	1.696.617.601,80	59,51
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.090.966.052,94	-847.613.853,94	28,71
Bens Imóveis	2.677.259.617,66	2.346.886.486,30	14,08
(+) Valor Bruto Contábil	2.706.109.956,42	2.482.883.989,65	8,99
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-28.850.338,76	-135.997.503,35	-78,79
Total	4.292.617.547,74	3.195.890.234,16	34,32

Fonte: Siafi

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, neste caso, (R\$ 1.090.966.052,94) referem-se à depreciação acumulada dos bens móveis e (R\$ 28.850.338,76) aos bens imóveis. A Depreciação Acumulada para os Bens Imóveis sofreu um ajuste em 2022 que resultou em uma baixa no percentual de -78,79%, em relação a dezembro de 2021. O referido ajuste foi realizado pela CCONT/STN, em junho de 2022, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e sistema SIAFI, na conta de Depreciação Acumulada de Bens Imóveis.

A conta Depreciação Acumulada está diretamente relacionada ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência dos bens móveis ou imóveis da Justiça Eleitoral.

O critério utilizado para o cálculo da depreciação acumulada **dos bens móveis** é o critério de **quotas constantes**, equação formada pela divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem do imobilizado.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e construção do bem.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

De outro modo, para a **Depreciação Acumulada de Bens Imóveis**, o cálculo é mensal e automático, sendo realizado pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN na contabilidade dos órgãos federais.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O cálculo do valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle.

O Método da **Parábola de Kuentzle** distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Nesse sentido, a vida útil e valor residual dos imóveis serão definidos com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da Justiça Eleitoral em 31/12/2022 totalizavam R\$ 1.615.357.930,08 (descontado o valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 1.090.966.052,94), distribuídos em contas

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Do valor total bruto dos Bens Móveis registrados na Justiça Eleitoral, 79,97% referem-se a Bens de Informática. Tendo em vista as necessidades e atividades relacionadas às atribuições designadas à Justiça Eleitoral, os Bens de Informática, a exemplo de computadores e urnas eletrônicas, são essenciais tanto à atividade fim como à atividade meio dos tribunais eleitorais.

Tabela 3 – Bens Móveis - Composição

Bens Móveis	R\$		
	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	126.310.327,05	109.866.949,89	14,97
Bens de Informática	2.164.399.198,43	1.198.357.028,80	80,61
Móveis e Utensílios	243.635.447,07	224.606.999,16	8,47
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	41.008.312,37	38.746.436,32	5,84
Veículos	99.779.490,87	96.288.098,76	3,63
Bens Móveis em Andamento	0,00	262.761,59	-100,00
Bens Móveis em Almoxarifado	7.880.882,90	5.999.168,66	31,37
Armamentos	265.417,04	176.160,70	50,67
Demais Bens Móveis	23.044.907,29	22.313.997,92	3,28
Depreciação / Amortização Acumulada	-1.090.966.052,94	-847.613.853,94	28,71
Total	1.615.357.930,08	849.003.747,86	90,27

Fonte: Siafi

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis são o solo (terreno) e tudo quanto possa estar nele incorporado, natural ou artificialmente, e que não pode ser retirado sem destruição ou danos.

Os Bens Imóveis da União registrados na Justiça Eleitoral em 31/12/2022 totalizavam R\$ 2.677.259.617,66 distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Bens Imóveis - Composição

Bens Imóveis	R\$		
	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Bens de Uso Especial	2.497.152.539,73	2.214.848.623,64	12,75
Bens Imóveis em Andamento	141.957.010,52	122.072.191,44	16,29
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.008.502,71	909.472,74	10,89
Instalações	36.215.535,74	113.131.102,93	-67,99
Demais Bens Imóveis	29.776.367,72	31.922.598,90	-6,72
Depreciação / Amortização Acumulada	-28.850.338,76	-135.997.503,35	-78,79
Total	2.677.259.617,66	2.346.886.486,30	14,08

Fonte: Siafi

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 92,27% de todos os bens

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, perfazendo o montante de R\$ 2.497.152.539,73, em 31/12/2022, em valores brutos (Sem a Depreciação Acumulada).

Os Bens Imóveis em Andamento referem-se à conta Estudos e Projetos somados às Obras cujas execuções não foram ainda concluídas. Os imóveis que se encontram nesta condição representam o percentual de apenas 5,24% do valor total dos imóveis da Justiça Eleitoral.

Ressalta-se que a Macrofunção - Siafi 02.11.07 - Imóveis de Propriedades da União estabelece, no item 3.1.6.4 que "entre os valores das Benfeitorias e Obras, incluem-se os das contas Estudos e Projetos; Obras em Andamento; e Instalações", porém no Siafi, o valor referente à conta Instalações não estão contidos no valor das benfeitorias.

Observa-se que as instalações correspondem às benfeitorias relevantes efetuadas em imóveis e inerentes a este, como instalação de elevadores, salas cofres, painéis de energia solar, sistema de detecção e alarme de incêndio, grupo gerador, sistema contra descargas atmosféricas etc.

No entanto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP **NÃO estabelece roteiro ou procedimento de depreciação padronizado da conta de Instalações para o âmbito da Administração Pública Federal.**

Dessa forma, nenhum órgão da administração pública direta da União, atualmente, tem estabelecido o procedimento de depreciação individualizado para os valores registrados na Conta de Instalações.

A ausência dessa depreciação exclusiva de instalações poderá ser sanada no processo de baixa da conta de instalações e respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem, quando do processo de reavaliação desses imóveis, os efeitos da depreciação das instalações serão considerados. Reitera-se que a depreciação dos imóveis ocorrerá **mensalmente e automaticamente** pelo procedimento descrito de depreciação sob responsabilidade e **competência direta da SPU e STN**, incluindo os valores das instalações incorporadas ao imóvel a ser depreciado.

Dessa forma, os Tribunais Eleitorais realizaram análise para a incorporação dos valores das Instalações aos respectivos imóveis aos quais pertencem, consoante a orientação de Bens Imóveis - SOF/TSE nº 17 de 2022. Ademais, alguns Tribunais já realizaram a reavaliação dos Imóveis, enquanto outros já iniciaram os procedimentos administrativos para a reavaliação de seus respectivos Bens Imóveis.

O sistema SPIUNET, na data de publicação desta Nota Explicativa, ainda não está adaptado e atualizado para realizar todos os registros contábeis exigidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público para os Bens Imóveis. Dessa forma, alguns registros contábeis, lançados pelo SPIUNET no SIAFI, ainda não estão de acordo a todas diretrizes preconizadas

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, a exemplo do não registro na conta de reserva de reavaliação para os imóveis que estão atualmente cadastrados no SPIUNET e foram reavaliados a maior no patrimônio do órgão.

Bens Imóveis de Uso Especial

Conforme tabela abaixo, os bens de uso especial do patrimônio imobiliário registrados na Justiça Eleitoral apresentam a seguinte composição:

Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial	31/12/2022	31/12/2021	R\$ AH %
Terrenos/Glebas	144.013.851,72	155.715.205,30	-7,51
Edifícios	2.197.638.863,85	1.920.098.456,09	14,45
Imóveis Residenciais e Comerciais	69.825.449,36	61.335.645,75	13,84
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	85.674.374,80	77.699.316,50	10,26
Total	2.497.152.539,73	2.214.848.623,64	12,75

Fonte: Siafi

Os Bens de Uso Especial são os de valores mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da Justiça Eleitoral. São constituídos por Edificações, Terrenos/Glebas, Imóveis Residenciais e Comerciais, e outros bens de uso especial da Justiça Eleitoral, conforme a Tabela 5.

O Sistema SPIUnet, até o momento, registra no SIAFI o valor na conta contábil de Terrenos apenas se o imóvel for terreno e não possuir nenhuma edificação. Por exemplo, quando um Tribunal adquire um terreno para uma futura construção, o saldo é registrado na conta contábil de terrenos.

Quando ocorre a construção do imóvel, o gestor altera no SPIUnet a “destinação” do imóvel para edifícios. Com isso, o saldo é reclassificado para a conta “Edifícios”.

A informação do valor do terreno dos imóveis consta apenas internamente no Sistema SPIUnet, inclusive o valor do terreno é subtraído para fins do cálculo da depreciação de acordo com as normas contábeis. Para a contabilização em separado no SIAFI do terreno e a edificação de um mesmo imóvel haveria a necessidade de ações da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no sentido de alterar os parâmetros do atual sistema SPIUnet.

Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, informou que para os imóveis cadastrados no sistema SPIUnet, os lançamentos contábeis correspondentes ao procedimento de reavaliação dos imóveis não está condizente às diretrizes orientadas pelo MCASP 9º Ed., ou seja, a variação a maior não está sendo registrada na Conta Patrimonial do PL de Reserva de Reavaliação, mas diretamente em

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

conta de resultado do respectivo órgão. O SPIUnet ainda não está preparado para a implantação da rotina completa de contabilização correta dos procedimentos de reavaliação dos imóveis, razão pela qual a rotina contábil para a conta de Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis de Uso Especial, somente será possível quando a SPU fizer o ajuste necessário no sistema SPIUnet. Ademais, em uma tentativa paliativa de correção, a STN disponibilizou evento SIAFI que reclassificavam esses valores para a correta conta de Reserva de Reavaliação, em cumprimento à NBS TSP 07 e ao MCASP, entretanto, atualmente, o citado evento não está mais disponível e todos os lançamentos anteriormente efetuados foram estornados pela STN, tendo em vista as distorções de valores causada entre o sistemas SIAFI e o SPIUnet.

Segundo a Portaria conjunta SPU/STN nº 703/2014, os Bens Imóveis dependem da depreciação realizada pelo sistema SPIUnet da SPU que envia as informações de registro a STN. O sistema SPIUnet está em fase de atualização e adaptação pela SPU, visando ao atendimento às regras de contabilização para as despesas de depreciação dos Bens Imóveis de responsabilidade dos órgãos da União.

Nota 05 – Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis gerados internamente em fase de pesquisa não são capitalizados, mas reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos na fase de desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis e controláveis pelos órgãos da Justiça Eleitoral. Nesse último caso, pela ausência de reconhecimento inicial de ativos intangíveis desenvolvidos internamente na Justiça Eleitoral, são realizados procedimentos de métricas para as estimativas e apuração do valor de custo estimado ou valor justo do Ativo Intangível Gerado Internamente.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Em 31/12/2022, a Justiça Eleitoral apresentou o saldo de R\$ 419.677.126,47 relacionado ao Ativo Intangível. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Intangível no período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022:

Tabela 6 – Intangível – Composição

Intangível			R\$
	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Software com Vida Útil Definida	62.859.983,12	41.455.071,09	51,63
Software com Vida Útil Indefinida	372.036.239,33	305.143.578,36	21,92
Amortização Acumulada	-15.219.095,98	-13.717.748,64	10,94
Total	419.677.126,47	332.880.900,81	26,07

Fonte: Sia fi

Do total do saldo da conta Software da Justiça Eleitoral, 56,13% estão alocados no Tribunal Superior Eleitoral. Cabe ressaltar que o sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em 2019 com vistas à inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e amortização do intangível correspondente. O sistema foi concluído. A fase de implantação na Justiça Eleitoral, que se iniciou em 2020, está prosseguindo com o foco na fase será do controle, mensuração e reconhecimento dos Ativos Intangíveis Gerados Internamente.

Nota 06 – Amortização

A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis **que tiverem a vida útil econômica limitada e definida**; e tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Dessa forma, a vida útil do ativo intangível é classificada em definida ou indefinida e a amortização respectiva apenas ocorrerá para os ativos intangíveis de vida útil definida (limitada). A Justiça Eleitoral por meio das suas áreas de patrimônio, tecnologia e contabilidade ampliou o controle e processo para calcular e classificar seus ativos intangíveis, definindo-os em ativos de vida útil definida ou indefinida. Atualmente, na Justiça Eleitoral, a amortização está relacionada a softwares adquiridos. Para o 4º trimestre de 2022, a Amortização Acumulada representou o montante de (R\$ 15.219.095,98) um aumento de 10,94% em relação a dezembro de 2021.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada pela Justiça Eleitoral periodicamente para

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Nota 07 – Passivo – Obrigações Trabalhistas – Pessoal a Pagar – Curto Prazo

Na Justiça Eleitoral, o subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto, principalmente, pela conta Pessoal a Pagar (no valor de R\$ 174.488.782,97), a qual representa 94,78% desse subgrupo. Para a conta Pessoal a Pagar houve um aumento de 7,91%, em relação ao mês de dezembro do exercício de 2021. Explicado, principalmente, pelo aumento do Passivo de Férias a Pagar pela apropriação por competência mês a mês, de acordo ao relatório do Sistema de Folha de Pagamento SGRH da Justiça Eleitoral, atendendo ao Acórdão TCU nº 1322/2018, aos procedimentos da CCONT/STN (Manual Siafi código 021142 – Folha de Pagamento), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2022, a Justiça Eleitoral apresentou um saldo em aberto de R\$ 203.671.483,42 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo todo esse valor relativo a obrigações a curto prazo, aumento de 338,29% em relação a dezembro de 2021, explicado principalmente por despesas e contas relacionadas a elaboração das Eleições Gerais de 2022 e ao Reequilíbrio Econômico e Financeiro entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S/A em relação ao fornecimento de Urnas Eletrônicas para a Justiça Eleitoral. A totalidade de fornecedores e contas a pagar do curto prazo refere-se aos credores nacionais, representando 100% do total a ser pago conforme tabela a seguir:

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	R\$		
Circulante	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	203.671.483,42	46.469.549,59	338,29

Fonte: Siafi

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2022.

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022**

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora contratante

Unidades Gestoras	R\$	
	31/12/2022	AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	184.780.347,71	90,72
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	2.901.354,27	1,42
070004 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará	2.270.011,75	1,11
070015– Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	2.243.278,93	1,10
070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	2.217.537,13	1,09
070007– Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	1.812.826,67	0,89
070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1.395.117,24	0,68
070024 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	1.217.524,49	0,60
070005 – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	1.193.605,84	0,59
070018 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	1.178.761,56	0,58
Demais	2.461.117,83	1,21
Total	203.671.483,42	100,00

Fonte: Siafi

A unidade gestora **do TSE** é responsável por **90,72%** do total a ser pago. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 (dez) credores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2022:

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Fornecedores	R\$	
	31/12/2022	AV (%)
Positivo Tecnologia S.A.	178.835.955,17	87,81
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	3.073.465,63	1,51
Inova Tecnologia em Serviços Ltda.	2.439.712,17	1,20
Fox Engenharia e Consultoria Ltda.	936.000,00	0,46
Toccatto Tecnologia em Sistemas Ltda.	885.579,00	0,43
Cinzel Engenharia Ltda.	659.620,29	0,32
Octopus Comunicação Ltda.	543.735,44	0,27
3A Serviços Especiais Ltda.	539.001,93	0,26
Fundação para o Desenvolvimento das artes e da Comunicação	527.584,64	0,26
Lopez Marinho Engenharia e Construções Ltda.	502.205,73	0,25
Demais	14.728.623,42	7,23
Total	203.671.483,42	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Os credores listados acima representam 92,77% do total de Fornecedores a serem pagos. O fornecedor mais relevante, empresa Positivo Tecnologia S.A, sozinho representa o percentual de 87,81% do total de contas a pagar, ou seja, o valor nominal de R\$ 178.835.955,17 e deve-se principalmente a Repactuação Contratual em face do Reequilíbrio Econômico e Financeiro e Termo de Reconhecimento de Dívida entre a Positivo Tecnologia S/A e o Tribunal Superior Eleitoral, relativo à prestação de serviços para produção e fornecimento de Urnas Eletrônicas para a Justiça Eleitoral, modelo UE2020.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) Positivo Tecnologia S.A.: Contrato 08/2021. Produção e o fornecimento de 32.609 (trinta e duas mil, seiscentas e nove) urnas eletrônicas modelo (UE2020), com a respectiva embalagem, bem como o fornecimento de suprimentos (itens A e D), listados na Cláusula Quinta do contrato, conforme especificações e prazos constantes do Edital de Licitação – TSE nº 43/2019 e seus anexos, e proposta da contratada.

(B) Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro): Prestação de serviços de Operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN) abrangendo serviços de conferência biográfica e biométrica, pesquisa biográfica e emissão de Documento Nacional de Identificação (DNI), consoante especificações, exigências e prazos constantes do Projeto Básico e da proposta da contratada.

(C) Inova Tecnologia em Serviços Ltda.: Prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos de informática e serviços técnicos de urna para apoio à realização das eleições 2022.

(D) Fox Engenharia e Consultoria Ltda.: Despesas com a Prestação de Serviços de Consultoria em Engenharia e Arquitetura.

(E) Tocado Tecnologia em Sistemas Ltda.: Prestação de Serviços de Locação de Softwares, Licenças em Subscrição QLIK Sense, dos tipos Analyzer e Professional User.

(F) Cinzel Engenharia Ltda.: Serviços de Obras e Construção da Nova Sede TRE/CE.

(G) Octopus Comunicação Ltda.: Prestação de serviços de publicidade, prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente, cujo objetivo é o estudo, planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a suspensão da execução externa, bem como a distribuição de ações publicitárias do TSE junto a públicos de interesse, por 12 meses, programa Pleitos.

(H) 3A Serviços Especiais Ltda.: Prestação de Serviços de Jardinagem, limpeza, higienização e conservação com fornecimento de equipamentos e ferramentas necessárias para a execuções dos

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

serviços, além da movimentação de bens e materiais, com a instalação de postos de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

(I) Fundação para o Desenvolvimento das artes e da Comunicação: Prestação de serviço na área de produção, gravação, edição e distribuição de produtos de rádio e televisão de cunho jornalístico, informativo, educativo e institucional, de orientação social, de forma contínua e permanente, núcleo permanente, temporário durante o período eleitoral, núcleo de apoio às eleições e por demanda.

(J) Lopez Marinho Engenharia e Construções Ltda.: Execução de obra do edifício da sede do TRE-RJ.

Nota 09 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2022 a Justiça Eleitoral possuía o saldo de **R\$2.716.535.447,14** em obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

Natureza dos Contratos	R\$		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Aluguéis	123.965.477,42	142.656.348,93	-13,10
Fornecimento de Bens	1.236.960.817,80	1.053.515.877,94	17,41
Seguros	780.373,25	1.097.324,77	-28,88
Serviços	1.354.828.778,67	1.114.992.480,87	21,51
Demais	0,00	74.331,08	-100,00
Total	2.716.535.447,14	2.312.262.032,51	17,48

Fonte: Siafi

As obrigações contratuais mais relevantes foram àquelas relacionadas à Prestação de Serviços, representou 49,87% do total das obrigações, enquanto o Fornecimento de Bens representou 45,53% do total das obrigações assumidas pela Justiça Eleitoral ao final de 31/12/2022.

Na sequência, apresenta-se a tabela por Unidades Gestoras dos contratantes com os valores mais expressivos.

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022**

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidades Gestoras	31/12/2022	R\$
		AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	1.592.729.821,37	58,63
070013 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	151.513.040,63	5,58
070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	123.165.948,53	4,53
070018 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	94.430.282,30	3,48
070019 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	91.160.015,77	3,36
070021 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	61.245.780,81	2,25
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	59.458.197,31	2,19
070004 – Tribunal Regional Eleitoral do Pará	53.237.181,39	1,96
070006 – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	47.594.364,19	1,75
070005 – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	45.980.591,21	1,69
Demais	396.020.223,63	14,58
TOTAL	2.716.535.447,14	100,00

Fonte: Siafi

O TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais Minas Gerais e Bahia foram os responsáveis por **68,74%** do total contratado. Na tabela abaixo estão relacionados os maiores contratos registrados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2022.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratados	31/12/2022	R\$
		AV (%)
ICCT84211 - Contrato nº 84/2021 - Positivo Tecnologia S.A.	844.890.448,43	31,10
ICC125221 - Contrato nº 125/2022 - Positivo Tecnologia S.A.	222.749.930,66	8,20
ICCT85211 - Contrato nº 85/2021 - Serpro	68.147.856,30	2,51
ICCT86211 - Contrato nº 86/2021 - Positivo Tecnologia S.A.	46.542.938,00	1,71
ICCT30221 - Contrato nº 30/2022 - Visan Segurança Privada	41.271.528,68	1,52
16513178000176 - Unimed BH Cooperativa de Trabalho Médico	32.753.096,11	1,21
62577929000135 - Comp. de Processamento de dados de SP	28.970.507,75	1,07
02558157000162 - Telefôncia Brasil S.A.	28.816.961,34	1,06
ICTRE1419 - Unimed PR	27.929.713,96	1,03
ICSER6721 - Reforma do Edifício Princia	25.900.784,75	0,95
Demais	1.348.561.681,16	49,64
Total	2.716.535.447,14	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Em relação aos contratados acima, eles representam **50,36%** do total a ser pago. Os contratos 84/2021, 125/2022 e 85/2021 representam 41,81% do total a ser pago. O valor principal do grupo – Obrigações Contratuais refere-se ao Contratado Positivo Tecnologia S.A. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) Contrato nº 84/2021 - Positivo Tecnologia S.A.: Prestação de Serviço de Produção e Fornecimento de Urnas Eletrônicas Modelo (UE2020) e (UE2022) para o Tribunal Superior Eleitoral. Contrato nº 84/2021, prevendo a produção e fornecimento dos equipamentos e materiais objeto da ATA 40/2021: urnas eletrônicas modelo (UE2022), produção de 176.000 embalagens para urnas eletrônicas, fornecimento de peças de reposição, prestação de serviços relacionada, etc.

(B) Contrato nº 125/2022 - Positivo Tecnologia S.A: Contrato de prestação de serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelos (UE2020) e (UE2022) para a Justiça Eleitoral.

(C) Contrato nº 85/2021 – Serpro: Prestação de serviços de Operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN) abrangendo serviços de conferência biográfica e biométrica, pesquisa biográfica e emissão de Documento Nacional de Identificação (DNI), consoante especificações, exigências e prazos constantes do Projeto Básico e da proposta da contratada. Término em 31/12/2026.

(D) Contrato nº 86/2021 - Positivo Tecnologia S.A. : Produção e fornecimento dos equipamentos e materiais e a prestação dos serviços descritos no Projeto Básico - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 3/2021 e demais anexos que dele fazem parte, assim como na proposta da contratada. Objeto ATA: fornecimento de até 176.000 (cento e setenta e seis mil) urnas eletrônicas modelo (UE2022), bem como o fornecimento e a prestação dos serviços, de acordo com as especificações, condições e prazos constantes do Edital de Licitação - TSE n 3/21.

(E) Contrato nº 30/2022 - Visan Segurança Privada: Prestação de serviço de vigilância armada, vigilância desarmada e de encarregado para as dependências do Tribunal Superior Eleitoral, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Edital da Licitação e seus anexos, modalidade pregão, e proposta da contratada.

(F) Unimed BH Cooperativa de Trabalho Médico: Prestação de Serviços Médicos.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

(G) Comp. de Processamento de Dados de SP: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, despesas condominiais e outras (comuns) do TRE/SP referente ao convênio “Poupatempo”.

(H) Telefôncia Brasil S.A.: Referente à prestação de serviços de comunicação de dados e fornecimento de dados entre TSE, TRE’s, e a internet.

(I) Unimed do Estado do Paraná: Plano privado de assistência à saúde, sob regime coletivo.

(J) Reforma do Edifício Princia (HAYEK CONSTRUTURA LTDA): Prestação de Serviços de Reforma do Edifício principal do TRE Bahia, Bloco de serviços e prédio dos cartórios, contrato 67 de 2021.

Demais Obrigações a Curto Prazo – Valores Restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, refere-se a valores exigíveis no curto prazo. Na Justiça Eleitoral, para o 4º trimestre de 2022, a conta Valores Restituíveis apresentou saldo a pagar no valor de R\$ 18.492.001,93, um aumento de 91,16% em relação a dezembro de 2021. Esse valor a maior refere-se a Consignações e pagamentos, como por exemplo, impostos e contribuições devidas, plano de previdência e assistência médica, depósitos retidos em garantia de fornecedores, glosa de encargos trabalhistas e também a depósitos judiciais e depósitos não judiciais de terceiros em posse dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Nota 10 – Resultados Acumulados – Ajustes de Exercícios Anteriores

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Para a Justiça Eleitoral, a conta Ajuste de Exercícios Anteriores encerrou o 4º trimestre de 2022 com saldo devedor em (R\$ 213.266.283,20), explicado por ajuste na depreciação acumulada de 2022 dos bens imóveis cadastrados no sistema SPIUnet, baixa de saldo da conta instalações para incorporação, por motivo de reavaliação dos imóveis respectivos ou por incorporação, reconhecimento de passivos referentes a despesas de exercícios anteriores e, principalmente, pelo ajuste dos valores contábeis das urnas eletrônicas modelos de 2013 e 2015 que decorrente da inexistência de um Sistema de Gestão de Patrimônio centralizado, no âmbito da Justiça Eleitoral estava apresentando um saldo contábil incorreto entre os sistemas ASI e

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

SIAFI e dos valores da Depreciação acumulada e Despesa de Depreciação registradas, segundo o Regime da Competência.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

Nota 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas - Juros e Encargos de Mora

Esta conta se refere a variações patrimoniais aumentativas decorrentes de juros e multas com penalidades pecuniárias com base na inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação.

O aumento do percentual em relação ao período anterior foi de 78,38%, valor nominal em R\$ 764.622,83, cujo montante analisado refere-se ao pagamento de valores devidos pelos partidos políticos decorrentes de devolução de aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário, recursos de origem não identificados de campanha, fontes vedadas de campanha, e outras receitas, bem como a devolução por parte do TSE (SOF) de recuperação de demais valores. Observa-se que o aumento percentual e de valor refere-se ao período eleitoral de 2022.

Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Transferências Intragovernamentais

Essa conta é a categoria mais relevante de Transferências e Delegações Recebidas. Nela estão compreendidas as transferências recebidas para execução orçamentária intergovernamental, bem como as transferências recebidas independentes da execução orçamentária. São exemplos: repasse recebido, doações recebidas de bens imóveis, transferências recebidas de bens móveis, transferências de recursos.

Tendo em vista a relevância dessa conta para toda DVP, com porcentagem de participação de 82,01%, a variação positiva de 74,49% no valor nominal de R\$ 30.615.435.266,19, no período de 31/12/2021 a 31/12/2022 é extremamente significativa, somando-se nesse aspecto de relevância as Transferências Recebidas para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha dos Partidos Políticos - FEFC, ou seja, justificada por ser ano eleitoral. Além disso, as Transferências Intragovernamentais referem-se, principalmente, pelo recebimento de recursos relacionados às cotas recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como às cotas de sub-repasse recebidas pelos Tribunais Eleitorais referentes às

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

despesas com pessoal, de custeio e capital do exercício de 2022, e para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar.

Para o exercício financeiro de 2022 faz-se importante constar a influência dos valores recebidos relacionados à Folha de Pessoal, Fundo Partidário, como Multas, e Receitas do Código Eleitoral, bem como os referentes à ação orçamentária 4269 - Pleitos Eleitorais, em razão da realização das Eleições Gerais 202, ocorridas em outubro.

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Esta conta se refere às variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas, compreendendo os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Até o encerramento do 4º trimestre de 2022 houve incremento de 33,09%, no valor nominal de R\$ 85.523.931,41, em relação ao mesmo período anterior, ou seja, valor R\$ 21.264.001,54 a maior que o mesmo período do exercício anterior. Em sua maior parte, refere-se à transferência e recebimento de urnas eletrônicas entre as unidades gestoras integrantes da Justiça Eleitoral, com vistas às Eleições Gerais de 2022. Faz-se importante mencionar que, apesar de menos significativos em termo de valores, outras doações e recebimentos de bens diversos também são registrados nessa conta, além da transferência de imóveis de uso especial no SPIUnet entre a Secretaria do Patrimônio da União - SPU e Tribunais Eleitorais.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Ganhos com Incorporação de Ativos

Essa conta representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos na valorização e incorporação de ativos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas.

A variação positiva com a incorporação de ativos foi de 727,40%, A variação horizontal corresponde ao acréscimo no valor de R\$ 1.012.221.382,92 em relação ao mesmo período anterior, considerando que o valor registrado no exercício financeiro de 2022 foi da ordem de R\$ 1.151.377.355,54. Esse montante se refere, em sua maioria, ao recebimento de urnas eletrônicas, aos moldes do contrato firmado entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S.A (Contrato nº 76/2020 e 105/2020), com vistas ao

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

recebimento de urnas eletrônicas modelo 2020, bem como recebimento de lacres para urnas eletrônicas, mídias de aplicação e de resultado, visando as Eleições Gerais de 2022, sendo classificados como outros ganhos com incorporação de ativos nos Tribunais Eleitorais que recebem essas urnas.

Informa-se também a realização de repasse ao Ministério da Defesa com vistas ao oferecimento de Garantia da Votação e Apuração – GVA, bem como apoio logístico para as Eleições Gerais de 2022, conforme Termo de Execução Descentralizada - TED nº 90/2022, e a transferência de recursos financeiros por parte do TRE-DF para as atividades referentes às eleições presidenciais no exterior, conforme TED TRE/DF nº 02/2022, durante o exercício de 2022. Informa-se que não ocorreram movimentações financeiras relevantes no último trimestre, à exceção da UG 070026 - SOF/TSE, referente ao repasse de recursos financeiros ao Ministério da Defesa, resultante do apostilamento do TED nº 90/2022.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Essa conta representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com ganhos na desincorporação de passivos exigíveis, exemplo: sentenças judiciais favoráveis que desincorporam obrigações, comprovação e prestação de contas de recursos recebidos, correção de erros com a desincorporação de passivo registrado, prescrição de dívidas.

A variação positiva no percentual de 20.235,59%, sendo a maior variação percentual entre as Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício de 2022, resultou no saldo a maior de R\$ 4.972.237.346,79 no exercício financeiro de 2022, em relação ao mesmo período anterior, com uma variação nominal de R\$ 4.947.786.428,63. Entretanto, vale ressaltar que, desse montante, o valor de R\$ 4.961.518.777,00 decorre do registro de comprovação do TED mediante o registro de comprovação do Demonstrativo de Distribuição do FEFC das Eleições 2022.

Nota 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A presente conta se refere às variações patrimoniais aumentativas decorrentes de indenizações, restituições e ressarcimentos diversos; as relativas à compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios dos servidores da União, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (não concomitante), bem como as decorrentes de penalidades pecuniárias (multas administrativas) motivadas por inobservância de normas.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Essa conta apresentou uma variação positiva de 114,63%, encerrando o exercício financeiro de 2022 com o valor de R\$ 248.072.360,16, uma variação nominal em relação ao exercício financeiro de 2021 de R\$ 132.489.776,11. Os registros decorreram de multas administrativas (derivada do Código Eleitoral – Fundo Partidário) e contratuais, bem como registro de indenizações, restituições e ressarcimentos, em favor da Justiça Eleitoral, tais como as devoluções de aplicações irregulares e sanção às penas de suspensão de cotas do Fundo Partidário por parte de agremiações políticas.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

Nota 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Esta conta se refere a outras variações patrimoniais diminutivas, relacionadas com pessoal e encargos, não abrangidas nos demais grupos de VPD, tais como as indenizações e restituições trabalhistas, e ressarcimento, a outros órgãos ou entidades estatais, com despesa de pessoal requisitado. Também está abrangida neste grupo a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, como ajuda ou apoio financeiro.

A variação positiva foi da ordem de 212,65%, no valor de R\$ 30.627.447,21, isto é, R\$ 20.381.418,51 a maior em relação ao exercício anterior. Essa diferença é decorrente de pagamento de alimentação aos mesários e colaboradores nas Eleições Gerais 2022. Importa informar que esse custeio (alimentação aos mesários e colaboradores) se deu por meio de registro na conta Auxílio a Participantes de Cursos e Pessoa Física, inserta na conta de Outras VPD de Pessoal e Encargos; também é decorrente de ressarcimento de pessoal requisitado de outros entes estatais.

Os valores referentes ao pagamento de alimentação aos mesários e colaboradores foram registrados nessas contas por alguns TREs em decorrência de repasses aos responsáveis financeiros das zonas eleitorais, e também via “OBPIX” diretamente aos mesários e colaboradores da Justiça Eleitoral, referente aos seguintes Estados da Federação: Acre, Amazonas, Piauí, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Tocantins e Amapá.

Nota 18 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Esta conta compreende outras variações patrimoniais diminutivas, relacionadas com benefícios assistenciais ao servidor civil ou seus dependentes, não abrangidas nos grupos anteriores.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Registrou-se o valor de R\$ 142.076.346,11, em um aumento em 92,23% (no valor nominal de R\$ 68.165.010,10) em todo o exercício financeiro de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021, resultante, principalmente, a atualização do valor “per capita” (reajuste) com o ressarcimento decorrente da assistência à saúde, sobretudo a médica e odontológica, além do plano de saúde consignado em folha de pagamento para servidores ativos, inativos e pensionistas.

Observa-se também o ajuste contábil realizado em decorrência de troca de fonte de dotação orçamentária disponibilizada na ação orçamentária 2004, o qual substituiu os valores alocados na fonte de despesas 151 (Recursos Livres da Seguridade Social) pela fonte 188 (Recursos Financeiros de Livre Aplicação) nos meses de janeiro a junho/2022, conforme o Of. Circ. SEI nº 2952/2022/ME, da SOF Federal do Ministério da Economia.

Nota 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Uso de Material de Consumo

A variação percentual positiva de 400,98% nos bens constantes da presente conta de VPD – Uso de Material de Consumo no valor nominal de R\$ 139.313.648,73 (isto é, aumento real de R\$ 111.505.379,43 em relação ao mesmo período de 2021), é justificado principalmente pelo consumo de materiais diretamente relacionados com as eleições gerais de 2022, além das baixas normais por requisição.

Nota 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Depreciação, Amortização e Exaustão

Esta conta apresentou uma variação positiva de 47,49%, no valor de R\$ 239.630.860,14, com aumento real de R\$ 77.154.512,22 em relação ao mesmo período de 2021. Esses registros se referem ao reconhecimento de depreciação de bens móveis, e amortização de bens intangíveis. A depreciação está relacionada, em grande parte, aos equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, principalmente as Urnas Eletrônicas, além de outros bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral. Efetuou-se também o registro de depreciação de bens imóveis de uso especial cadastrados no Spiunet. Já a Amortização é referente aos saldos dos bens do intangível com vida útil definida (softwares e afins), conforme Relatórios Contábeis de Movimentação de Bens Móveis de cada Tribunal Eleitoral.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Nota 21 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Serviços

Esta conta refere-se às variações patrimoniais diminutivas provenientes da prestação de serviços fornecidas a entidade governamental, tais como serviços técnicos profissionais, serviços administrativos, comunicação e outros, bem como concessão de diárias aos servidores em face de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.

A contabilidade desta conta apresentou variação positiva de 73,43%, com aumento real de R\$ 628.267.078,00 em 2022 (montante de R\$ 1.483.859.218,21) em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 855.592.140,21). Tal registro decorre de prestação de serviços técnicos profissionais, apoio administrativo, locações e arrendamentos (visando ao armazenamento das urnas eletrônicas), e outras despesas em razão principalmente da realização das Eleições Gerais de 2022, como a manutenção corretiva de urnas eletrônicas.

Nota 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências Intragovernamentais

Essa conta refere-se à categoria mais relevante de Transferências e Delegações concedidas. Nela estão compreendidas as transferências concedidas para execução orçamentária intragovernamentais, bem como as transferências concedidas independente da execução orçamentária, como, por exemplo, repasse concedido, doações concedidas de bens imóveis, transferências concedidas de bens móveis, transferências de recursos concedidas.

Com saldo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 15.765.153.077,79, essa conta representa 43,42% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas da Justiça Eleitoral. Para o 4º trimestre de 2022, houve variação percentual positiva de 90,36%, como reflexo da conta VPA – Transferências Intragovernamentais, correspondente ao aumento nominal de R\$ 7.483.610.093,27, no período de 31/12/2021 a 31/12/2022, justificada principalmente pelo aumento de transferências de cotas de sub-repasse concedidas aos Tribunais em ano eleitoral, relacionadas às despesas obrigatórias e discricionárias, somado aos valores relativos ao Fundo Partidário e Multas do Código Eleitoral.

Nota 23 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências a Instituições Privadas

Esta conta representa o somatório das transferências de recursos às instituições privadas sem fins lucrativos, que na Justiça Eleitoral é largamente representada pelos Partidos Políticos. Esta conta apresentou um aumento no valor de R\$ 5.093.405.625,02, variação positiva de 520,78% no 4º

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

trimestre do exercício de 2022, em relação ao mesmo período de 2021 (sendo 16,72% dos valores da VPD). Corresponde às transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, por meio de transferência de recursos do Fundo Partidário - TSE, em duodécimos, de acordo com a Lei nº 11.459 de 2007, bem como a distribuição às agremiações partidárias, em parcela única, do Fundo Especial de Financiamentos de Campanha dos Partidos Políticos, relativo às Eleições Gerais de 2022, de acordo com o art. 16-D da Lei nº 9.504/1997, com o art. 5º Resolução TSE nº 23.668/2018, e Portaria TSE nº 624/2022.

Nota 24 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outras Transferências e Delegações Concedidas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de demais transferências e delegações concedidas, não compreendidas nas contas anteriores do mesmo grupo, tais como transferência de urnas eletrônicas entre as Unidades Gestoras integrantes da Justiça Eleitoral. A variação positiva de 81,26%, no quarto trimestre de 2022, resultando no montante de R\$ 71.152.286,38, refere-se, em sua maior parte, à transferência de urnas eletrônicas entre os TRE's, atendendo ao planejamento constante do quadro anexo ao Ofício-Circular GAB-DG-TSE nº 299/2021, a entrega de suprimentos para urnas e material de votação, bem como a baixa por transferência de bens móveis em decorrência de doações, e de bens inservíveis/obsoletos.

Nota 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Essa conta de Variação Patrimonial Diminutiva refere-se ao somatório de valores reconhecidos relativos à reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas relativas à adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para os bens do ativo imobilizado (quando inferior ao valor líquido contábil), sendo estes bens imóveis, de informática, móveis e utensílios, veículos, etc.

No quarto trimestre de 2022 o saldo final registrado na Justiça Eleitoral foi no montante de R\$ 51.911.227,50, variação positiva de 4.513,44%, em relação ao mesmo período de 2021, principalmente pelos seguintes motivos: reavaliação de bens imóveis (desvalorização) ocorridos no TRE/PA (R\$ 85.072,68), TRE/PE (R\$ 3.238.256,04); TRE/AL (R\$ 466.594,74); TRE/SE (R\$ 418.404,60), TRE/RJ (R\$ 26.818.352,55); TRE/SC (R\$ 5.315.755,91), TRE/MT (R\$ 12.329.439,53) e TRE/AP (R\$ 9.922,48), todos motivados por desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Nota 26 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Incorporação de Passivos

Essa conta refere-se ao somatório de valores reconhecidos no Passivo Exigível por incorporação de passivos, reconhecimento de dívidas passadas, restos a pagar com prescrição interrompida, entre outros.

O exercício financeiro de 2022, na Justiça Eleitoral, encerrou-se com o significativo acréscimo percentual de 22.371,30% em Incorporação de Passivos, culminando no montante de R\$ 5.868.635.398,75, o que representou 16,16% do somatório de todas as Variações Patrimoniais Diminutivas, até o encerramento do 3º trimestre de 2022. Os valores foram majoritariamente registrados na Unidade Gestora Executora do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e na Setorial Orçamentária e Financeira. Essa elevação pode ser explicada por dois fatos contábeis:

O primeiro foi referente às compras centralizadas de urnas eletrônicas – UE's pelo TSE, com o fito de se adquirir UE's modelo 2020 e mídias de aplicação e de resultado, junto à empresa Positivo Tecnologia S.A., fazendo as entregas e repasses dessas urnas diretamente aos Tribunais Regionais Eleitorais, com vistas às Eleições Gerais de 2022, no valor de R\$ 907.100.592,19. Registra-se também nesse item a aquisição de materiais e suprimentos (lacs e outros) de votação recebidos da Casa da Moeda do Brasil, bem como o reequilíbrio financeiro contratual realizado entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S.A.

O Segundo fato contábil, mais significativo ainda em termos de valores nominais, correspondeu à descentralização orçamentária e financeira do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, com vistas à distribuição aos partidos políticos, conforme as disposições do artigo 16 da Lei nº 9.504 de 1997. O valor nominal desse segundo fato contábil resultou na incorporação de passivo na ordem de R\$ 4.961.519.777,00, registrado no Siafi no mês de maio.

Ou seja, como no último exercício (2021) não foi período eleitoral, não houve descentralização orçamentária do FEFC, resultando na significativa variação percentual entre os períodos analisados de dezembro de 2021 a dezembro de 2022.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Nota 27 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Desincorporação de Ativos

Essa conta compreende o somatório com a desvalorização e baixa de ativos, como no caso da desincorporação de ativos inservíveis ou outros eventos e ajustes de comprovação de devolução de valores ou perdas de ativos sob controle do órgão.

O valor registrado ao final do exercício de 2022 foi no montante de R\$ 164.921.811,32, redução de 31,53% em relação ao período anterior, com variação nominal de R\$ 75.935.627,65 na comparação com o final do exercício financeiro de 2021.

Até dezembro de 2022, tais registros referiam-se, entre outros, à baixa de urnas eletrônicas modelos 2006 e 2008, como descarte de inservível, mediante autorização prévia (no TSE e TREs).

Houve a baixa de valores da conta contábil Instalações 123210700, com vistas à incorporação dos valores ao respectivo imóvel ao qual pertence no Spiunet, conforme Orientação SOF/TSE nº 17/2022, realizada no mês de outubro.

Observa-se, inclusive, a desincorporação de ativos referente de troca de vinculação de recursos, em atendimento à solicitação do Exército Brasileiro, do Termo de Execução Descentralizada - TED, firmada pelo TSE para atender à prestação de apoio logístico (AP LOG) e ações para a garantia da votação e apuração (GVA), pelas forças armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) ao TSE durante as Eleições Gerais de 2022.

E no que se refere aos Tribunais Regionais Eleitorais, registram-se, entre outros, a baixa do saldo da conta Instalações, a baixa de saldo do registro de reavaliações de imóveis cadastrados no Spiunet (além da baixa da conta contábil de imobilizado em razão da atualização do RIP no SPIUnet). Informa-se também, em alguns regionais, as baixas de urnas eletrônicas para desfazimento, conforme Resolução TSE nº 23.505/2016, e a baixa de bens inservíveis e bens doados. Por fim, observa-se os registros da baixa de responsabilidade de suprimento de fundos, e a baixa de créditos e títulos a receber por desincorporação de ativo, referente à sobra de adiantamento de 13º salário, realizada em dezembro em toda a Justiça Eleitoral, com base na Orientação Sof/TSE nº 10/2018.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 28 – Receitas

No exercício de 2022, a previsão atualizada de arrecadação de receita da Justiça Eleitoral permanece no valor total de R\$ 77.127.632,00 e refere-se à arrecadação decorrente da imposição de multas previstas no Código Eleitoral e Leis Conexas, destinada ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário. As receitas realizadas no Balanço Orçamentário totalizaram R\$ 56.254.935,44, restando o saldo de R\$ 20.872.696,56 a realizar.

No entanto, ao apurar a arrecadação total das receitas destinadas ao Fundo Partidário, verificou-se a realização de R\$ 86.268.820,55, conforme tabela 13. Observa-se na tabela que essa diferença refere-se às multas eleitorais inscritas em Dívida Ativa registradas na Unidade Gestora 170013 do Ministério da Fazenda, Órgão responsável pela arrecadação dessas receitas.

Tabela 13 – Arrecadação de Multas do Código Eleitoral e L. Conexas – Por UG e Cód. Receita

Unidades Gestoras	Natureza da Receita	Total
00006 – Secretaria de Orçamento e Finanças do TSE	9100001	56.196.227,00
	9100002	4.758,44
SUBTOTAL - 070026		56.242.120,93
170013 – Subsec. de Planejamento, Orç. e Administração - MF	9100001	30.099.017,63
	9100004	3.027.681,89
SUBTOTAL -170013		30.026.699,62
TOTAL		86.268.820,55

Fonte: SIAF

Nota 29 – Despesas

A execução do grupo Outras Despesas Correntes (despesa empenhada) foi de 238,56% da dotação inicial atualizada. Essa execução em percentual acima da dotação do órgão é decorrente de créditos orçamentários recebidos por descentralização, em especial o valor de R\$ 4.961.519.777,00, recebido por meio de Termo de Execução Descentralizada, referente ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para financiamento das campanhas eleitorais das candidatas e dos candidatos às eleições gerais de 2022, conforme previsto nos artigos 16-C e 16-D da Lei nº 9.504/1997.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2022

Quanto às Despesas de Capital, a execução atingiu 98,82% e refere-se, principalmente, à prestação de serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelo UE 2022, a reequilíbrio dos contratos referentes às urnas modelo UE 2020 e reformas do Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e do Fórum de São Luis – MA.

Nota 30 – Restos a Pagar

Do saldo de R\$ 942.434.061,17 de Restos a Pagar Não Processados inscritos em anos anteriores, R\$ 890.955.784,31 estão na Unidade Gestora do TSE e refere-se, em grande parte, a contratos para serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas.

Quanto ao saldo de R\$ 26.290.954,65 dos Restos a Pagar Processados, o destaque fica para o Grupo de Despesa 1-Pessoal, no qual 99,6% refere-se a valores pendentes de decisões judiciais para que os Tribunais Regionais Eleitorais de Roraima e Rondônia possam efetuar.